

# SUMÁRIO

---

<b>1 A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: CONCEITOS INTRODUTÓRIOS .....</b>	<b>1</b>
1.1 Definição e escopo da análise econômica do direito .....	1
1.2 O emprego da matemática nas ciências sociais .....	7
1.3 A teoria da escolha racional .....	9
1.4 Métodos empíricos nas ciências sociais.....	15
1.5 A economia comportamental.....	17
1.6 Surgimento e história da análise econômica do Direito .....	22
1.7 A análise econômica e o futuro do Direito.....	25
<b>2 ACESSO À JUSTIÇA .....</b>	<b>27</b>
2.1 A concepção tradicional .....	27
2.2 O modelo econômico básico da litigância civil .....	35
2.3 Exemplos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	38
2.4 A problemática dos danos de pequena monta.....	40
2.5 Políticas públicas para um acesso à justiça socialmente adequado.....	42
2.5.1 Propostas gerais.....	42
2.5.2 Alteração das regras de direito material .....	43
2.5.3 Sistemas de custas.....	44
2.5.4 Tecnologia e inteligência artificial .....	50
<b>3 MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS....</b>	<b>51</b>
3.1 A concepção tradicional .....	51
3.2 A análise econômica dos acordos .....	54
3.3 O modelo básico da decisão privada entre fazer acordo ou litigar .....	55
3.4 Acordos ineficientes .....	56
3.5 Acordos eficientes frustrados: perspectiva econômica tradicional.....	59
3.6 Políticas para solucionar ineficiências na negociação de acordos.....	61
3.6.1 Compartilhamento obrigatório de provas.....	61
3.6.2 A regra da oferta de acordo ( <i>offer-of-settlement</i> ) .....	65
3.6.3 O papel das regras de direito material .....	67

3.7	A perspectiva da economia comportamental .....	67
3.7.1	Convenções sociais.....	67
3.7.2	Viés de autointeresse .....	68
3.7.3	Seleção pelo mercado de advocacia.....	69
3.7.4	Efeito <i>deadline</i> e aprendizado diferido.....	69
3.7.5	Psicologia hedônica .....	70
3.7.6	Efeito de subaditividade.....	71
3.8	O papel do advogado.....	72
3.8.1	O advogado e os vieses cognitivos.....	72
3.8.2	<i>Time-sheet vs.</i> honorários de êxito.....	73
3.8.3	Sistema com terceiro administrador ( <i>no-conflict fee system</i> ).....	76
3.9	Outros fatores de influência sobre os acordos .....	77
3.9.1	Regras em caso de pluralidade de interessados no acordo.....	77
3.9.2	Regras de distribuição do custo da litigância.....	80
3.9.3	Duração do processo e protelação de acordos .....	81
3.9.4	Tecnologia e inteligência artificial .....	82
3.10	Autocomposição judicial obrigatória.....	83
<b>4</b>	<b>DEMANDAS DE VALOR ESPERADO NEGATIVO.....</b>	<b>87</b>
4.1	Introdução .....	87
4.2	A teoria econômica das demandas de valor esperado negativo .....	89
4.3	O modelo do disfarce .....	89
4.4	O modelo da ação de aborrecimento .....	91
4.4.1	Estrutura de custos baixos para o autor e altos para a defesa .....	91
4.4.2	Estrutura de custos de litigância multifásicos.....	92
4.4.3	Defesas de valor esperado negativo .....	94
4.5	Análise comportamental das demandas frívolas.....	96
4.6	Soluções para as demandas frívolas.....	97
4.6.1	As demandas de valor esperado negativo são indesejadas? .....	97
4.6.2	Gestão dos custos de litigância .....	98
4.6.3	Sanções por condutas desleais.....	99
4.6.4	Depósito prévio.....	101
4.6.5	Controle judicial da autocomposição .....	103
4.6.6	Produção de provas em fase preliminar.....	107
4.6.7	Redução dos erros judiciários .....	107
<b>5</b>	<b>FILTROS PROCESSUAIS.....</b>	<b>109</b>
5.1	O caráter multifásico do processo .....	109

5.2	Filtros processuais no Brasil.....	109
5.2.1	Indeferimento da inicial ou improcedência liminar.....	109
5.2.2	Julgamento antecipado do mérito .....	112
5.2.3	<i>Standards de filtragem</i> .....	112
5.3	Panorama nos EUA .....	114
5.3.1	Estrutura do Processo Civil americano .....	114
5.3.2	<i>Motion to dismiss</i> : de <i>Conley v. Gibson</i> a <i>Twombly e Iqbal</i> .....	117
5.3.3	<i>Summary judgment</i> : de <i>Adickes</i> a <i>Scott v. Harris</i> .....	119
5.4	Desenhando filtros processuais eficientes .....	119
5.4.1	Modelo de Kaplow.....	119
5.4.2	Modelo bifásico .....	121
5.4.3	Modelo multifásico.....	122
5.5	Aplicações concretas.....	123
<b>6</b>	<b>COISA JULGADA .....</b>	<b>129</b>
6.1	Histórico.....	129
6.2	Fundamentos tradicionais .....	130
6.3	A literatura revisionista na análise econômica .....	131
6.3.1	Richard Posner e a inocuidade da coisa julgada.....	131
6.3.2	Crítica.....	132
6.3.3	Bruce Hay e os efeitos da coisa julgada sobre acordos.....	134
6.3.4	Crítica.....	136
6.4	As funções sociais da coisa julgada .....	138
6.4.1	Quando a litigância múltipla é desejável?.....	138
6.4.2	Racionalidade econômica das ações rescisórias .....	139
6.4.3	Teto de gastos com litigância.....	141
6.4.4	Relativização da coisa julgada pelo juiz .....	141
6.4.5	A coisa julgada e os incentivos privados para investir em litigância.....	143
6.4.6	Prevenção de decisões conflitantes.....	147
6.4.7	Regras de solução do conflito de coisas julgadas.....	148
6.4.8	Multiplicação de processos.....	149
6.5	Limites subjetivos da coisa julgada.....	150
6.6	Limites objetivos da coisa julgada .....	152
<b>7</b>	<b>RECURSOS, PRECEDENTES E UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA.....</b>	<b>153</b>
7.1	Recursos .....	153
7.1.1	O duplo grau de jurisdição .....	153

7.1.2	Análise econômica do sistema recursal .....	154
7.1.3	Propostas de modificação do sistema recursal .....	156
7.2	Precedentes .....	157
7.2.1	<i>Civil law vs. common law</i> .....	157
7.2.2	A uniformização de precedentes .....	162
<b>ANEXO I – DADOS SOBRE SENTENÇAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....</b>		167
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>		169